

Informe

informe@ofluminense.com.br

Pensão mensal vitalícia para a Zika

Na primeira sessão deliberativa do Senado Federal, marcada para quarta-feira (5), os senadores poderão votar a Medida Provisória (MP) 894/2019, que institui uma pensão mensal vitalícia para crianças com síndrome decorrente do Zika vírus. A validade da medida, que está na ordem do dia, se esgota no dia 12 de fevereiro. O Regimento Interno determina que não haja votação de projetos na primeira reunião de Plenário de casa sessão legislativa, por isso a primeira sessão deliberativa foi agendada para quarta. O Congresso Nacional, por sua vez, vai iniciar os trabalhos em 2020 com 25 MPs em análise. Primeira da fila, a MP 894 foi aprovada pela Câmara em dezembro e não deter ter problemas para ser aprovada no Senado. (Com Agência Senado)

Agência Senado



Parceria entre os poderes

A Alerj retomou, nesta terça (4), as atividades parlamentares de 2020. O secretário de Estado da Casa Civil e Governança, André Moura, representou o governador Wilson Witzel e leu a mensagem de abertura do ano legislativo. Na mensagem do Executivo aos 59 deputados presentes, Moura fez um retrospecto da gestão estadual em 2019, com destaque para as áreas de Segurança Pública, Turismo, Saúde e Educação. "A relação do Governo do Estado com a Alerj é, acima de tudo, respeitosa e de parceria. Graças a ela, conseguimos aprovar projetos importantes no ano de 2019, que permitiram avanços na saúde, segurança pública e educação. Aprovamos também o orçamento para este ano, que não é uma peça fictícia e sim, mostra que é possível ser implementado em 2020", disse Moura.

Projetos para Saúde e Educação

O governador Wilson Witzel encaminhou à Alerj uma mensagem do Executivo, na qual constam projetos viáveis de serem executados, principalmente na saúde e educação. O objetivo é que o Estado repita o cumprimento dos índices constitucionais mínimos nas duas áreas, como em 2019.

Carlos Magno/Governo do Rio



Política e Fundo para Amazônia

O Projeto de Lei 6079/19, que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, quer criar a Política Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia e o Fundo Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia, para viabilizar a implementação da política. Caso aprovado, a área que será considerada pela iniciativa será a mesma da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) - ou seja, os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. (Com Agência Câmara)

CURTAS

As concessionárias de serviços telefônicos podem ser obrigadas a manter cadastro atualizado dos usuários das linhas de serviços pré-pago. A determinação é do projeto de lei 345/19, da deputada Martha Rocha (PDT), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em primeira discussão nesta terça (4). O texto ainda precisa ser votado em segunda discussão.

Na abertura dos trabalhos legislativos na última segunda (3), o presidente Jair Bolsonaro manifestou, na mensagem enviada ao Congresso, que o governo espera que as propostas de emenda à Constituição que integram o Plano Mais Brasil - a PEC Emergencial (186/2019), a PEC dos Fundos Públicos (187/2019) e a PEC do Pacto Federativo (188/2019) - sejam aprovadas rapidamente pela Câmara e pelo Senado.

Brasileiros que estão em Wuhan chegam sábado

Governo define regras para repatriação e quarentena, que será em Goiás

O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ontem, ao Congresso, o projeto de lei que define as medidas sanitárias para enfrentamento do coronavírus e as regras para a repatriação e quarentena no Brasil dos brasileiros que estão na cidade de Wuhan, na China, epicentro do surto da doença. A mensagem foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Dois aviões da FAB irão trazer os brasileiros, que iniciarão a quarentena a partir do próximo sábado. Eles ficarão na Base Aérea de Anápolis, em Goiás, que atende aos protocolos de saúde. A quarentena será de 18 dias. Os aviões deixam Brasília rumo à China nesta quarta-feira.

O Ministério da Saúde elevou o nível de alerta em saúde no caso do coronavírus de perigo iminente para emergência em saúde pública. O decreto também estabelece a criação de Operações de Emergências em Saúde Pública como mecanismo nacional de gestão da resposta à emergência do coronavírus no âmbito nacional.

As medidas estabelecidas pelo governo visam à proteção da coletividade. Estão previstos o isolamento; a quarentena; a realização compulsória de coletas de amostras, exames, vacinas e tratamentos médicos específicos; a restrição temporária de entrada e saída do país, e a



requisição de bens e serviços.

Também ficará autorizada, de forma excepcional e temporária, a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e previstos em ato do Ministério da Saúde. O governo também será dispensado de realizar licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde enquanto perdurar a emergência em saúde decorrente do coronavírus.

Pelo texto encaminhado pelo Executivo, é dever de todas as pessoas comunicar imediatamente às autoridades possíveis sintomas do

coronavírus, circulação em áreas de contaminação ou contato com pessoas doentes. Também será obrigatório o compartilhamento de dados sobre pessoas infectadas ou suspeita de infecção, entre todos os órgãos e entidades públicos e privados, com a finalidade exclusiva de evitar a propagação do vírus.

Emergência global - No dia 30 de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de coronavírus como emergência em saúde pública de importância internacional. Mais de 400 pessoas já morreram na China e 20 mil foram infectadas pelo novo vírus. O Ministério da Saúde investiga 13 casos suspeitos de infecção por

coronavírus no Brasil. Até o momento, 16 casos foram descartados. De acordo com o último balanço da pasta, apresentado pelo secretário de Vigilância em Saúde, Wanderson de Oliveira, estão sob suspeitas um caso no Rio de Janeiro, quatro no Rio Grande do Sul, dois em Santa Catarina e seis em São Paulo.

Anteontem, o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, informou que ainda não há data definida para o voo que vai trazer os cerca de 40 brasileiros que estão em Wuhan. A repatriação, segundo ele, se aplica apenas aos brasileiros que estão naquela região, que está em estado de bloqueio, já que os que estão fora da cidade têm o direito de de ir e vir e podem sair da China sem o apoio do governo.

China - O embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, disse ontem que seu país facilitará a retirada dos brasileiros que estão em Wuhan, a região mais afetada pelo coronavírus. Ele se encontrou nesta terça-feira, em Brasília, com os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e da Agricultura, Tereza Cristina.

Wanming informou que seu país respeitará a decisão do governo brasileiro de trazer de volta os brasileiros que se encontram na região, e que Brasil e China têm mantido canais de comunicação. Segundo o embaixador, "um mecanismo de troca de informações já foi estabelecido". ■

Mais de 400 mortes e 20 mil infectados

A China informa que o novo coronavírus já infectou mais de 20 mil pessoas e causou mais de 400 mortes.

A Comissão Nacional de Saúde da China anunciou 3.235 novos pacientes nesta terça-feira (4), elevando o número total para 20.438. O número de mortes causadas pelo vírus subiu para 425, depois de mais 64 pacientes terem morrido na província de Hubei, local que mais sofre com a epidemia.

Um hospital construído às pressas em Hubei deu início ao tratamento de pacientes nessa segunda-feira (3). A unidade tem capacidade para aproximadamente 1.000 leitos, mas somente ontem o número de pacientes na província havia aumentado em mais de 2 mil.

O sistema médico da China está seriamente sobrecarregado com a expansão da epidemia.

Fora da China continental, 185 infecções pelo novo coronavírus foram confirmadas em 26 países e territórios.

Há 20 casos confirmados no Japão; 19 na Tailândia; 18 em Cingapura; 15 na Coreia do Sul; 15 em Hong Kong; 12 na Austrália e 11 nos Estados Unidos.

Taiwan e Alemanha têm 64 pacientes cada; Macau, 9; Malásia e Vietnã, 8 cada; França, 6; Emirados Árabes Unidos, 5, e Índia, 3.

O Canadá, a Itália, o Reino Unido, a Rússia e as Filipinas têm dois casos cada, ao passo que o Nepal, Camboja, Sri Lanka, a Finlândia, Suécia e Espanha têm um caso cada.

Hong Kong - O governo de Hong Kong registrou a primeira morte em consequência do novo coronavírus. Segundo

o governo, um homem de 39 anos que havia contraído o vírus morreu hoje no país. Esta é a segunda morte causada pelo vírus fora da China continental. O primeiro caso foi registrado nas Filipinas.

Estudos - Pesquisadores da China descobriram que o novo tipo de coronavírus contagia seres humanos por meio de um receptor celular idêntico ao do coronavírus que causou a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) no país há 17 anos.

Na Academia Chinesa de Ciências, cientistas infectaram morcegos e outros animais com o novo tipo de coronavírus, obtidos de sete pacientes na cidade de Wuhan, província de Hubei. A descoberta foi anunciada nesta segunda-feira (3) no periódico científico

britânico Nature.

A equipe descobriu que os receptores para o novo coronavírus na superfície de células humanas são o mesmo utilizados pelo coronavírus causador da SARS (sigla em inglês).

Segundo os pesquisadores, a descoberta sugere que drogas e vacinas criadas para a SARS poderiam ser utilizadas para tratar pacientes de coronavírus e para controlar o surto.

A equipe descobriu também que a sequência do genoma do novo tipo de coronavírus é 96% idêntica a um coronavírus encontrado anteriormente em morcegos, e 79,5% idêntica ao genoma do vírus da SARS.

Eles disseram que vão continuar tentando entender o ciclo do contágio para descobrir se a força de infecção do vírus muda quando ele é transmitido entre seres humanos. ■

TST: 90% dos petroleiros devem seguir trabalhando

Determinação do Tribunal foi motivada por uma ação de dissídio coletivo

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra determinou hoje (4) que os sindicatos de petroleiros mantenham 90% dos trabalhadores em serviço durante a greve da categoria, que começou no último sábado (1º). A decisão foi motivada por uma ação de dissídio coletivo protocolada pela Petrobras no tribunal. Com a decisão, os sindicatos também estão proibidos de impedir o livre trânsito de bens e pessoas nas refinarias e plataformas da estatal.

"Determino aos suscitados [sindicatos] que mantenham em atividade e no desempenho normal de suas atribuições, no âmbito das unidades

operacionais da Petrobras e de suas subsidiárias, bem como em sua sede, para atendimento dos serviços inadiáveis da comunidade, o contingente de 90% (noventa por cento) de trabalhadores, em face da natureza do serviço prestado e da forma de composição dos turnos de revezamento para operação de plataformas e refinarias", decidiu o ministro.

A greve foi deflagrada para protestar contra as demissões que devem ocorrer na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), que deve ser fechada pela Petrobras. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a suspensão das atividades vai provocar a demissão de

mil trabalhadores. De acordo com a FUP, o acordo coletivo de trabalho não está sendo respeitado pela estatal.

No processo que chegou ao TST, a Petrobras informou ao ministro Ives Gandra que a Fafen foi comprada da mineradora Vale em 2013, mas, depois da aquisição, os "resultados da subsidiária demonstram a falta de sustentabilidade do negócio e que sua continuidade operacional não se mostra viável economicamente".

Ontem (3), a Federação Única dos Petroleiros disse que cerca de 14.750 trabalhadores tinham aderido à paralisação, o que representa 80% do total de 18.434 trabajado-

res de 12 estados da federação que aderiram ao movimento.

A Petrobras informou que a greve não provocou impactos na produção de petróleo, combustíveis e derivados.

Sem prejuízos - Segundo informe da Petrobras na última segunda (3), a paralisação dos petroleiros não provocou impactos na produção de petróleo, combustíveis e derivados. Em nota, a estatal informou que o movimento grevista iniciado em algumas de suas unidades é injustificado, pois o acordo coletivo de trabalho foi assinado por todos os sindicatos em novembro do último ano. ■